



PSICANÁLISE

Ana Paula Giansesi  
Conrado Ramos

# Ensaaios apócrifos

*a-bordagens psicanalíticas*

**Blucher**

▲ Série  
*Dor e Existência*

ENSAIOS  
APÓCRIFOS  
*a-bordagens psicanalíticas*

Ana Paula Giansi  
Conrado Ramos

*Ensaio apócrifos: a-bordagens psicanalíticas*

© 2023 Ana Paula Giansi, Conrado Ramos

Editora Edgard Blücher Ltda.

Série Dor e Existência, organizada por Cibele Barbará, Miriam Ximenes

Pinho-Fuse e Sheila Skitnevsky Finger

*Publisher* Eduardo Blücher

*Editores* Eduardo Blücher e Jonas Eliakim

*Coordenação editorial* Andressa Lira

*Produção editorial* Thaís Costa

*Preparação de texto* Ana maria Fiorini

*Diagramação* Guilherme Salvador

*Revisão de texto* MPMB

*Capa* Laércio Flenic

*Imagem da capa* iStockphoto

---

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

**contato@blucher.com.br**

**www.blucher.com.br**

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

*Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

---

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação  
na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Giansi, Ana Paula

Ensaio apócrifos : a-bordagens psicanalíticas / Ana Paula Giansi, Conrado Ramos. – São Paulo : Blucher, 2023.

312 p. (Série Dor e Existência)

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-577-0

1. Psicanálise I. Título II. Ramos, Conrado

23-3871

CDD 150.195

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. Psicanálise

# Conteúdo

1. Algumas contribuições de Aníbal Quijano para alcançarmos em nosso horizonte a subjetividade de nossa época 21  
*Conrado Ramos*
2. Interseccionalidade e diferença sexual 33  
*Ana Paula Giansesi*
3. Interseccionalidade, feminismo e antirracismo 45  
*Ana Paula Giansesi*
4. Ossos, silêncios, sáurios e traumas 53  
*Conrado Ramos*
5. A noção de limite, em matemática, e a sexuação 61  
*Ana Paula Giansesi*

6. Lógico! 71  
*Ana Paula Giansesi*
7. Silvia Federici e a diferença sexual como necessidade e produção do capital 81  
*Conrado Ramos*
8. Assassinato do pai ou caça às bruxas?  
(Da trans-historicidade do mito estrutural à alíngua como resíduo da história no falasser) 101  
*Conrado Ramos*
9. Função ilegível: o não inscritível 109  
*Ana Paula Giansesi*
10. Elementos dialéticos do absoluto (totalidade) e do não-absoluto (alteridade real) 119  
*Conrado Ramos*
11. Forçamento e ativismo 133  
*Ana Paula Giansesi*
12. Artaud e a descolonização como ruptura da sujeição intelectual à razão sem corpo: inconsciente e reencantamento poético do mundo 145  
*Conrado Ramos*
13. Gilgámesh: poética e gênero 157  
*Ana Paula Giansesi*
14. Vozes da Mesopotâmia 175  
*Conrado Ramos*

- |                                                                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 15. Dissonâncias                                                                                                                | 179 |
| <i>Ana Paula Gianesi</i>                                                                                                        |     |
| 16. O chapéu do burguês <i>versus</i> o telefone sem fio:<br>o tratamento do trauma da acédia atávica ao desejo<br>de revolução | 205 |
| <i>Conrado Ramos</i>                                                                                                            |     |
| 17. Não há norma sexual                                                                                                         | 227 |
| <i>Ana Paula Gianesi, Conrado Ramos</i>                                                                                         |     |
| 18. Dos Campos Cataláunicos a Caiboaté Grande:<br>o inconsciente colonizado                                                     | 239 |
| <i>Conrado Ramos</i>                                                                                                            |     |
| 19. A crítica da crítica à crítica                                                                                              | 245 |
| <i>Ana Paula Gianesi</i>                                                                                                        |     |
| 20. Por uma sexuação fundada na somateca pós-fálica                                                                             | 251 |
| <i>Conrado Ramos</i>                                                                                                            |     |
| 21. O pan-óptico do con-domínio                                                                                                 | 257 |
| <i>Ana Paula Gianesi</i>                                                                                                        |     |
| 22. Cama de Procusto                                                                                                            | 263 |
| <i>Conrado Ramos</i>                                                                                                            |     |
| 23. “há homens que lá estão tanto quanto as mulheres”                                                                           | 265 |
| <i>Ana Paula Gianesi</i>                                                                                                        |     |
| 24. Discurso do mestre ou discurso do colonizador?                                                                              | 271 |
| <i>Conrado Ramos</i>                                                                                                            |     |

25. Sujeito universal e branqueamento	273
<i>Conrado Ramos</i>	
26. A-prec(i)ações	277
<i>Ana Paula Giansi</i>	
Referências	297

# 1. Algumas contribuições de Aníbal Quijano para alcançarmos em nosso horizonte a subjetividade de nossa época

*Conrado Ramos*

Há entre o saber e a sexuação uma relação que, como propõe Aníbal Quijano, pode ser ontologizada por mecanismos de colonialidade do poder.

*O patriarcado, para Aníbal, não é exclusivamente uma questão de gênero e da libertação das mulheres, mas é uma questão da totalidade do conhecimento e de controle das subjetividades inerentes ao padrão colonial de poder; totalidade sistêmica na qual se insere a dominação de gênero/sexualidade. Contudo, na medida em que racismo e sexismo são operações epistemológicas que criam ontologias, a destruição dessas regras e operações não somente pode levar-se adiante mediante condutas desobedientes – as quais hoje são óbvias, visíveis e abundantes –, mas também necessita de reconstituições epistemológicas que desmontem a constituição epistemológica que, ao*



*mesmo tempo que se constitui, destitui tudo aquilo que não se sujeite às normas do padrão colonial do poder.<sup>1</sup>*

Temos que fazer o exercício de buscar em nossas teorias psicanalíticas as formas como, nelas, operações epistemológicas acabam criando ontologias racistas e sexistas.

Levanta, pelo menos, uma suspeita que a divisão binária, sob os significantes homem e mulher, das possibilidades de sexuação das fórmulas lacanianas se dê com a condição de se chamar homem o lado em que encontramos o sujeito e de se chamar mulher o lado em que encontramos o objeto, lado este posto como Outro do primeiro.

Ainda que não importe a identidade sexual e as preferências de objeto sexual de quem venha a ocupar tais lados, segue-se vestindo um lado sujeito-homem e um lado Outro-mulher. Ranço epistemológico da relação de dominação sexista?

Alguma conduta desobediente aqui poderia ter sua força descolonial como reconstituição epistemológica capaz de retirar da singularidade das sexuações a necessidade de que se ajustem aos lados homem-sujeito e mulher-Outro.

*a constituição do padrão de poder e a invenção do racismo resultam na destituição das pessoas racializadas. A mesma lógica se aplica ao sexismo. Do fato de que, cosmicamente, haja dois tipos de corpos em todos os seres vivos que se regeneram, e que os seres humanos não sejam exceção, não decorre que, no caso da espécie*

---

1 Mignolo, W. D. (2019). La descolonialidad del vivir y del pensar: desprendimiento, reconstitución epistemológica y horizonte histórico de sentido. In W. D. Mignolo (Org.), *Aníbal Quijano: ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Del Signo. (tradução nossa)

*humana, as funções que os corpos têm na regeneração da espécie estejam coladas uma a uma com as condutas sexuais desses corpos. O controle do conhecimento na constituição do padrão colonial do poder que estabelece, sem dúvida, que a um tipo de corpo correspondem as funções de “homem” e ao outro, as de “mulher”, em todas as relações sociais. Isto é, como no racismo, a constituição do sexismo regula as condutas dos corpos e destitui condutas amparadas pelo desejo dos corpos destituídos que não correspondem às regulações constituídas pelo padrão colonial do poder.<sup>2</sup>*

Será legítimo dizer que todos os corpos correspondem aos lados lacanianos da sexuação? Isto é: todos os corpos se dividem mesmo entre as duas condutas gozantes dadas como estrutura por Lacan?

(Basta lembrarmos a passagem do Seminário 18 na qual Lacan associa a transexualidade à psicose para suspeitarmos de que a regulação lacaniana dos gozos destitui condutas a ela não correspondentes.)

Mas avancemos um pouco mais nas reflexões sobre a “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano:

*Como no caso das relações entre capital e pré-capital, uma linha similar de ideias foi elaborada acerca das relações entre Europa e não-Europa. Como já foi apontado, o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação*

---

2 Ibid., p. 25.

*é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo. Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém-constituída Europa, por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, da vigência nova das ideias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração, e da vigência da ideia de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo.*

*A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte, ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduzem-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc.*

*No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros.*<sup>3</sup>

O evolucionismo eurocêntrico presente no pensamento ocidental como um todo é uma espécie de antolhos que nos impõem a supremacia branca como uma “realidade natural e evidente”. Esconde-se no humanismo da razão burguesa a ambição colonizadora e necropolítica que submete não brancos em diversos cantos do planeta.

Há algo no pensamento ocidental que não reconhece diferenças e singularidades étnicas e culturais: guaranis e tahuantisuyos são índios; jejes e bantos são negros; índios e negros são, negativamente, não brancos. (O mesmo vale, considerando-se as variantes e particularidades da sexuação, para os não-homens-cis.)

Da natureza à civilização europeia, os brancos ficam do lado da civilização europeia, e os não brancos, do lado da natureza. De um lado, espírito; do outro, corpo. Este mito ocidental é portador de sentidos que excedem, ou seja, traumatizam, uma vez que, mais que colonizar mentes, mutila corpos. Deveríamos considerá-lo, por seus efeitos, ao lado da objetificação das mulheres e filhos e da propriedade privada instauradas pelo patriarcado, um dos mais violentos e traumáticos acontecimentos da humanidade.

A ideia corrente de que os movimentos antissexistas e antirracistas dividem a classe trabalhadora e impedem a revolução deveria ser pensada pelo seu avesso: nenhuma revolução será possível sem que se considere a ruptura com a dominação de raça e de sexo, ou seja, sem que se reconheça a violência do eurocentrismo e os traumas impostos aos corpos que, em sua grande maioria, chamamos de

---

3 Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Orgs.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

proletariado, justamente por ser reduzido ao corpo, como “força” de trabalho.

Sobre a questão de gênero, consideremos o seguinte trecho:

*Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista.<sup>4</sup>*

O próprio Quijano, embora não leve em conta o que estou propondo como dimensão traumática da dominação, sustenta a relação entre “classe social” e “raça” como instrumento de exploração desta forma:

*Toda democratização possível da sociedade na América Latina deve ocorrer na maioria destes países, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico como uma descolonização e como uma redistribuição do poder. Em outras palavras, como uma redistribuição radical do poder. Isto se deve, primeiro, a que as “classes sociais”, na América Latina, têm “cor”, qualquer “cor” que se possa encontrar*

---

4 Ibid., p. 129.

*em qualquer país, em qualquer momento. Isso quer dizer, definitivamente, que a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política.*<sup>5</sup>

A descolonização deve alcançar os corpos, isto é, o tratamento possível dos traumas, da violência sofrida pelos corpos marcados pelas diferenças de gênero, de sexuação e raciais capturadas nas cristalizações de sentidos absurdos e falsos impostas pelo pensamento eurocêntrico branco, machista, LGBTfóbico e patriarcal. Desconstruir a colonialidade das marcas corporais implica suspender, esvaziar, romper com os excessos-sentidos que séculos de dominação deram a esses corpos e dar voz aos afetos a eles ligados. Tratar esses traumas pressupõe um laço social que permita verdadeiramente o reconhecimento e a simbolização da violência sofrida e a ressubjetivação daqueles que foram por ela vitimizados, objetificados. E que fique nítido que não serão (não seremos) os homens-cis-brancos-patriarcais aqueles que tratarão e curarão esses traumas. Nenhuma redistribuição efetiva e radical do poder pode ser consistente se não acolher os novos corpos/sentidos/afetos que os movimentos antissexistas, de gênero e de raça materializam como fruto de resistência e em nome

---

5 Ibid., p. 138.

de gerações de luta. Não há socialização do poder digna deste nome se a elite europocêntrica dos diferentes lugares do mundo não fizer sua mea-culpa histórica e entregar suas armas ou for finalmente derrotada pela luta anticapitalista descolonizadora. Sem isso, qualquer luta de classes cai na fantasmagoria de uma luta sem corpo, uma classe de trabalhadores imateriais. Difícil supor que um trabalhador venha a se reconhecer num “conceito de trabalhador” sem que as ressonâncias corporais-afetivas de sua experiência cotidiana de mutilação não estejam presentes. Tais ressonâncias são corporificadas por meio dos instrumentos seculares de naturalização do poder e, por isso, talvez só possam ser combatidas pelo questionamento desses instrumentos. E claro está que o questionamento dos instrumentos de naturalização do poder visa à erradicação de suas bases sociais de sustentação e manutenção.

Aliás, é necessário pensarmos com o merecido cuidado se a exclusão ou o enfraquecimento das questões identitárias e de gênero dentro dos movimentos de luta de classes não acontecem à serviço da própria colonialidade do poder, uma vez que seria pretensioso supor que os movimentos socialistas de “Estados independentes e sociedades coloniais”<sup>6</sup> estivessem livres de sua contaminação histórica. (Há, ainda, a vertente cínica-camuflada pela qual homens-brancos-cis-burgueses, sem nem sequer fazer uma autocrítica, arrogam a si o papel de porta-vozes e líderes das lutas de descolonização dos corpos dominados.)

Senão, vejamos o que Quijano tem a dizer acerca da miragem eurocêntrica sobre as revoluções socialistas e o socialismo em sua relação com a distribuição do poder:

*Quanto à miragem eurocêntrica acerca das revoluções “socialistas”, como controle do Estado e como estatização*

---

6 Ibid., p. 134.

*do controle do trabalho/recursos/produtos, da subjetividade/recursos/produtos, do sexo/recursos/produtos, essa perspectiva funda-se em duas suposições teóricas radicalmente falsas. Primeiro, a ideia de uma sociedade capitalista homogênea, no sentido de que só o capital como relação social existe e, portanto, a classe operária industrial assalariada é a parte majoritária da população. Mas já vimos que não foi assim nunca, nem na América Latina nem no restante do mundo, e que quase seguramente não ocorrerá assim nunca. Segundo, a ideia de que o socialismo consiste na estatização de todos e cada um dos âmbitos do poder e da existência social, começando com o controle do trabalho, porque do Estado se pode construir a nova sociedade. Essa suposição coloca toda a história, de novo, sobre sua cabeça. Inclusive nos termos do Materialismo Histórico, faz de uma superestrutura, o Estado, a base da sociedade. E escamoteia o fato de uma total reconcentração do controle do poder, o que leva necessariamente ao total despotismo dos controladores, fazendo-a aparecer como se fosse uma socialização do poder, isto é, a redistribuição radical do controle do poder. Mas, precisamente, o socialismo não pode ser outra coisa que a trajetória de uma radical devolução do controle sobre o trabalho/recursos/produtos, sobre o sexo/recursos/produtos, sobre a autoridade/instituições/violência, e sobre a intersubjetividade/conhecimento/comunicação, à vida cotidiana das pessoas. Isso é o que proponho, desde 1972, como socialização do poder.<sup>7</sup>*

---

7 Ibid., p. 138.



A descolonização do poder não é a estatização socialista do poder, mas sua radical devolução, distribuição à vida cotidiana das pessoas. Mas como fazer isso sem um nacionalismo anticolonial e sem a formação de um Estado capaz de assegurar o desenvolvimento das forças produtivas necessárias para a independência e a proteção diante das ameaças imperialistas? (Basta que interroguemos a relação que pode haver entre a estatização do poder e o anticolonialismo no marxismo dito oriental.)

De qualquer modo, na concepção de devolução do poder à vida cotidiana das pessoas se faz presente a enérgica reconstrução democrática feminista, antirracista e *queer* da sociedade hoje sob o domínio macho-cis-branco-patriarcal, isto é, colonizada. E é preciso questionar até onde vai o anticapitalismo, sob quaisquer formas ou meios (isto é, ainda que se argumente que as propostas de transformações oriundas de movimentos identitários sejam reformistas e, portanto, sem ruptura evidente com o Estado burguês), sem essa descolonização.

A união da classe explorada como condição para a derrubada do Estado burguês (em vez de sua apropriação) e para a distribuição social dos meios de produção não pode ser considerada impossibilitação das lutas antirracistas, antissexistas, LGBTfóbicas. A concepção totalizante da classe trabalhadora pode servir de antecipação ideológica da ideia de que somente o partido único representa as revoluções socialistas vitoriosas. Sabemos o quanto a burocratização opressiva e violenta dos partidos únicos recompõe algo do Estado burguês que visavam superar. Muitas vezes a união formal do proletariado se transforma num imperativo silenciador de grupos minoritarizados, justamente quando tal união deveria ser a constelação da democracia real que não encontram no embate entre classes do Estado burguês.

*Em seu movimento de luta, de organização e de tomada de consciência de seus interesses específicos, o proletariado vai se configurando como classe dotando-se de uma estrutura e de tendências de institucionalização que correspondem a cada uma das áreas de sua existência social nas e desde as quais enfrenta a exploração e a dominação. Nas relações imediatas de exploração e em suas instituições concretas, referidas à produção, distribuição, reprodução; nas relações sociais fora da produção imediata; na distribuição espacial do capital; na configuração dos povoados e residências; nas relações entre nacionalidades e etnias, se elas existem diferenciadas em uma formação social; nas relações intersexuais; nas instituições de poder cultural e político. . . . Assim, a democracia interna do partido se funda na democracia interna da classe, e isso fortalece e defende esta última e, por meio disso, a vitalidade da democracia socialista, ou democracia direta dos trabalhadores. E tudo isso supõe a presença deliberante e decisória das bases da classe, em cada um de seus organismos.*<sup>8</sup>

Parece impossível que essa democratização do poder numa realidade socialista aconteça sem que as dominações de sexuação, coloniais e patriarcais tenham sido combatidas e minimamente superadas. E não creio que esta superação se dê sem o exorcismo dos excessos-sentidos escarificados nos corpos hoje dominados. É preciso continuar a contar e a apostar nos movimentos dos grupos minoritarizados como lugar de tratamento dos traumas.

---

<sup>8</sup> Quijano, A. (2014). Poder y democracia en el socialismo. Clacso <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506052228/eje2-6.pdf>.

## 2. Interseccionalidade e diferença sexual

*Ana Paula Gianesi*

Como conceber uma clínica psicanalítica que inclua e suporte a interseccionalidade?<sup>1</sup>

Entre raça, gênero, sexualidade e classe, encontramos o ponto mínimo de intersecção entre esses conjuntos heterogêneos, o que pode nos servir como orientador político.

Um(x) psicanalista não deveria excluir, em sua práxis, a crítica e a escuta ao campo “Outrificado”, a leitura dos sistemas de dominação que insistem em colocar como alteridade (e corpo) alguns sujeitos-reificados (que, lançados à condição de objeto, no laço social, facilmente perdem suas posições de sujeitos e lutam por se fazer voz).

Enquanto teoria e prática não disjuntas, uma psicanálise que não problematize as questões que a interseccionalidade aponta e as denúncias de opressão que ela traz consigo, corre o risco de acumplicamento com o próprio sistema de dominação. Mais ainda, um corpo teórico que não seja capaz de se rever, que não permita furo

---

1 Termo cunhado por Kimberlé Crenshaw.

e que não se deixe modificar por aquilo que lhe bate à porta, acaba repetindo e reproduzindo o pior.

Podemos encontrar ditames do sistema heteropatriarcal colonial (que em si é, outrossim, racista) em alguns dos sustentáculos da psicanálise lacaniana: Universal-Homem, pai da horda, Nome-do-Pai, mestre, falo-pênis, gozo fálico, libido “masculina” etc. A ausência quase absoluta de palavras sobre a questão racial/colonial na obra de Lacan parece também dizer muito. Vimos, igualmente, uma teoria fazer malabarismos para estabelecer um lugar, ou melhor, um des-lugar para as mulheres. Essas mulheres contadas uma a uma. Essa mulher que não existe (toda): objeto causa de desejo, alteridade corporal ligada ao desejo-Homem, falada por ele, uma heteridade investida (e vestida) de enigma, quase emudecida, desprovida da qualidade das coisas, não-toda louca, colocada como o Outro, como o Outro sexo.

Seria possível propor, inclusive, uma articulação entre a “mulher” das fórmulas da sexuação e o subalterno com gênero sobre o qual Spivak escreveu:

*nomeemos, mesmo assim (como) “mulher” aquela mulher desautorizada a quem nós estrita, histórica e geopoliticamente não conseguimos imaginar como referente literal. Vamos dividir o nome mulher de modo que vejamos a nós mesmas como nomeando e não meramente como nomeadas . . . a esperança por trás da vontade política será que a possibilidade do nome seja finalmente apagada. Hoje, aqui, o que eu chamo “subalterno com gênero”, especialmente no espaço descolonizado, tornou-se para mim o nome “mulher”.<sup>2</sup>*

---

2 Spivak, G. C. (1997). Feminismo e desconstrução, de novo: negociando com o masculinismo in confesso. In T. Brennan (Org.), *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rosa dos Tempos, p. 297.

Lemos em Spivak a ênfase posta no: “especialmente no espaço descolonizado”, o que aponta para um lugar de subalterno, no laço social, daqueles genericados que são também racializados e, por essa via, igualmente pertencentes a classes sociais menos favorecidas. O Outro, no discurso, é esse Outro corporal, reificável. O Outro, no discurso, tem gênero, sexualidade, raça e classe social.

De fato, alguns feminismos podem auxiliar a psicanálise a re-visitatar suas epistemologias de base e rever os lugares que ela tem ofertado às questões de gênero (sim! a psicanálise tem responsabilidade quanto às questões de gênero), bem como sua recusa a tratar das questões raciais e de classe.

Colocar o Homem como Sujeito e como “todo” e a Mulher como “não-toda” e como objeto causa de desejo daquele não apenas mantém o binarismo de gênero (homem e mulher) como mantém o estado mais geral das coisas. Beauvoir escrevera, lendo *criticamente* o machismo estrutural: “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele . . . O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem”<sup>3</sup>, e, para concluir: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.”<sup>4</sup>

O que Beauvoir e Spivak denunciam, a psicanálise lacaniana tende a transformar em dado trans-histórico. Homem e Mulher postos do modo como são postos, como dados/fatos estruturais, não historicizáveis (portanto, não modificáveis), repetem o binarismo (qual espaço para os não-binários?) e os esquemas de dominação. Para a psicanálise, a humanidade segue sendo masculina (cis e hétero e branca e burguesa).

O não-todo enquanto perspectiva política, enquanto aposta na contingência (e outrossim no possível) não deveria estar atrelado

---

3 Beauvoir, S. (1949/2016). *O segundo sexo*. Nova Fronteira, p. 12.

4 *Ibid.*, p. 13.

a qualquer designação de gênero – isso porque o apontamento de uma corporeidade que tenha sempre por referência o Falo (do lado todo), mas que não esteja inteiramente ali localizada, redundada, inevitavelmente, no que vimos colocando como Outrificação (subalternização/dominação/reificação). O não-todo poderia configurar-se subversivo caso deixássemos cair o binarismo, caso não mais o vestíssemos com o significante mulher (ou com quaisquer sexualidades que apareçam no laço como seres “com danos *a priori*”, racializados e/ou “matáveis”). Enquanto orientação, enquanto ruptura com o Absoluto (com o Universal), sobremodo seria um instrumento de luta, luta contra o colonialismo heteropatriarcal (termo que trago de Angela Davis). Que o não-todo seja simplesmente o não-absoluto.

Pois bem, como romper com o binarismo da diferença sexual (e suas consequências misóginas)? O que implica, logicamente, uma mudança teórico-clínica radical e, consubstancialmente, abrir os ouvidos para as questões que a interseccionalidade aponta.

Como, a um só tempo, ouvir os sujeitos que nos chegam, levando em conta nossa longa história de dominação e, por isso mesmo, sabendo da Outrificação que os sujeitos generificados e racializados sofrem e realizar uma ruptura epistemológica?

Tanto Spivak quanto Butler apostam no uso do termo “mulher”, um uso estratégico, que a um só tempo possa denunciar um sistema de dominação-opressão, transcender seu uso comum, abarcando novas possibilidades e formas de corpos que contêm (que importem) em sua materialidade (neste ponto, Butler joga com o significante *matter*, que traz o importar, a matéria/materialidade e o assunto em uma polifonia de sentidos) e que possa deixar de operar como referência, que não seja reificante. Poderíamos dizer: que as designações de sexo/gênero não constituam uma identidade de si a si.

Sigamos:

*penso que muitos entendem que, para o feminismo proceder como prática crítica, ele deve basear-se na especificidade sexual do corpo da mulher. Ainda que o sexo esteja sempre reescrito como gênero, ainda se deve presumir esse sexo como ponto de partida irredutível para as várias construções sociais que deve sustentar. Tal suposição da irredutibilidade material do sexo parece ter legitimado e autorizado epistemologias e éticas feministas, assim como análises de gênero de diversos tipos. Em um esforço de substituir ou modificar os termos desse debate, gostaria de perguntar como e por que a materialidade se tornou um sinal, uma prova, de irredutibilidade... No lugar da materialidade, poderíamos questionar outras premissas fundacionistas que operam como “irredutibilidades” políticas. Em vez de ensaiar dificuldades teóricas que emergem da suposição da noção de sujeito como premissa fundacional que emergem da tentativa de manter uma distinção estável entre sexo e gênero, gostaria de apresentar a seguinte questão: é necessário recorrer à matéria e à materialidade do sexo para estabelecer essa especificidade irredutível que, conforme dizem, deveria fundamentar a prática feminista? E aqui a questão não é haver ou não referência para a matéria, da mesma forma que a questão nunca foi se deveríamos ou não falar sobre mulheres. Essa fala ocorrerá, e, por razões feministas, ela deve ocorrer; a categoria das mulheres não se torna inútil com o exercício da desconstrução, são seus usos que deixam de ser reificados como “referentes” e que*

ganham uma chance de abrir-se, de fato, para outras formas de significação que ninguém poderia prever de antemão. Certamente, é preciso ser possível não só usar o termo, empregá-lo taticamente mesmo quando, por assim dizer, ele é utilizado e alocado, mas também sujeitar o termo a uma crítica que interroga as operações de exclusão e relações diferenciais de poder que constroem e delimitam as invocações feministas das “mulheres”. *Isto é, parafraseando a epígrafe de Spivak neste capítulo, a crítica de algo útil, a crítica de algo sem o qual não podemos fazer nada. Na verdade, diria que é uma crítica sem a qual o feminismo perde seu potencial democratizante por se recusar a envolver-se com – fazer um balanço de, e se permitir transformar por – as exclusões que o colocam em causa.*<sup>5</sup>

Com destaque para o seguinte trecho de Butler: “a questão nunca foi se deveríamos ou não falar sobre mulheres. Essa fala ocorrerá, e, por razões feministas, ela deve ocorrer; a categoria das mulheres não se torna inútil com o exercício da desconstrução, são seus usos que deixam de ser reificados como ‘referentes’ e que ganham uma chance de abrir-se, de fato, para outras formas de significação que ninguém poderia prever de antemão. Certamente, é preciso ser possível não só usar o termo, empregá-lo taticamente mesmo quando, por assim dizer, ele é utilizado e alocado, mas também sujeitar o termo a uma crítica que interroga as operações de exclusão e relações diferenciais de poder que constroem e delimitam as invocações feministas das ‘mulheres’”.

---

5 Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. n-1 edições, pp. 56-58. (grifos nossos)



Quer dizer que é possível operar com o significante mulher, politicamente, visando ao fim da opressão histórica contra as “mulheres” (em um conjunto amplo), ao mesmo tempo em que se percorre uma trilha com visada crítica, uma verdadeira crítica assídua que se volta para os próprios significantes “mulher” e “feminismo”, analisando seus possíveis sistemas de dominação/exclusão internos. Afinal, os sistemas de dominação/subordinação podem estar pautados em fatores como raça, classe, idade, heteronormatividade, transfobia etc.

Como colocou precisamente bell hooks em *O feminismo é para todo mundo*: o feminismo é uma luta contra o sexismo, contra a exploração e contra um sistema de opressão. Em outro de seus muitos livros, *Erguer a voz*, escreveu:

*Ao chamar a atenção para o entrelaçamento de sistemas de opressão – sexo, raça e classe –, mulheres negras e muitos outros grupos de mulheres reconhecem a diversidade e a complexidade da experiência de ser mulher, de nossa relação com o poder e a dominação. A intenção não é dissuadir as pessoas não brancas de se tornarem engajadas no movimento feminista. A luta feminista para acabar com a dominação patriarcal deveria ser de primeira importância para mulheres e homens em todo mundo . . .*<sup>6</sup>

Concluimos com ela que, enquanto práxis, é necessário que o feminismo seja antirracista.

Se o feminismo negro nos ensinou que a luta contra a dominação precisa ser uma luta contra os sistemas de dominação/subordinação/

---

6 hooks, b. (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante pp. 60-61.

reificação externos e internos, podemos dizer que restam, à psicanálise, alguns passos em direção a uma emancipação epistemológica: levar em consideração a interseccionalidade (os sujeitos que nos chegam têm cor e classe social), retirar o significante Mulher desse lugar tão condizente com o assujeitamento, dessa espécie de reificação nebulosa, e romper com o falocentrismo e o binarismo que a fundamentam e que ajuda a sustentar – binarismo posto nos dois significantes sem suspensão que ainda insistem, apenas eles, na teoria e na clínica... homens e mulheres...

Sobre o binarismo:

*Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo. Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo . . . Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente se proliferar além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo.<sup>7</sup>*

Ou:

*Seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação*

---

7 Butler, J. (1990/2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, p. 195.

*inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político.<sup>8</sup>*

Consideremos que a estabilidade da categoria mulheres, correlata à sua reificação, só é possível no contexto da matriz heterossexual (e na referência ao Faló). Abrir-se para além da aparente dualidade dos sexos, para gêneros fluidos ou em construção ou contingentes (sem nos obrigarmos a nos fixar em quaisquer termos desses) pode trazer, à psicanálise, alguma chance de aposta e de mudança.

Sim! É preciso mexer nos fundamentos, nas bases, nos alicerces.

Além de rever seus dizeres sobre o que se designa por “homem” e “mulher”, sobremaneira a visada da desconstrução seria útil para que possamos revisitarmos a psicanálise:

*A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada . . . Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas*

---

8 Ibid., p. 24.

*de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas de supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas das antigas. As configurações culturais do sexo e do gênero poderiam então proliferar ou, melhor dizendo, sua proliferação atual poderia então tornar-se articulável nos discursos que criam a vida cultural inteligível, confundindo o próprio binarismo do sexo e denunciando sua não inaturalidade fundamental. Que outras estratégias locais para combater o “inatural” podem levar à desnaturalização do gênero como tal?*<sup>9</sup>

E, ainda: “o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistem ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as ‘identidades de gênero?’”<sup>10</sup>

Também:

*A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma.*<sup>11</sup>  
(grifos nossos)

---

9 Ibid., p. 256.

10 Ibid., p. 42.

11 Ibid., p. 25.

Pensar sobre essa frase destacada de Butler, que aponta para a possibilidade de o sujeito mulher não ser mais presumido, pode trazer Rubin para a conversa:

*Pessoalmente, acho que o movimento feminista deve sonhar com algo maior do que a eliminação da opressão das mulheres. Ele deve sonhar em eliminar as sexualidades compulsórias e os papéis sociais. O sonho que me parece mais cativante é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (embora não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é, para o que ela faz e para a definição de com quem ela faz amor.<sup>12</sup>*

Uma sociedade em que o sujeito mulher não seja presumível ou em que a anatomia e os gêneros sejam irrelevantes, e na qual não haja sexualidades compulsórias, pode ser uma sociedade em que esses Outros (os sujeitos até então Outrificados) deixem de sê-lo para o dominador. E que as diferenças possam habitar, importar e permitir o existir do não absoluto.

Por fim, a proposta de Preciado:

*Para falar de sexo, de gênero e de sexualidade é preciso começar com um ato de ruptura epistemológica, uma condenação categórica, uma quebra da coluna conceitual que permita uma primeira emancipação cognitiva: é preciso abandonar totalmente a linguagem da diferença*

---

12 Rubin, G. (1975/2017). *O tráfico de mulheres*. Ubu, p. 55.

*sexual e da identidade sexual (inclusive a linguagem da identidade estratégica como quer Spivak).*<sup>13</sup>

O interessante é que essa ruptura epistemológica não significa negar a diferença: significa um rechaço ao binarismo, um rechaço à linguagem da diferença sexual (essa que alguns dizem ser Real – por sinal, curioso Real, que carrega esses nomes Homem-Mulher) e, ao mesmo tempo, uma aposta na diferença sexual radical. Que o real do sexo e seus enigmas (e seu não complemento) possam valer mais que os caracteres sexuais secundários. Talvez isso seja mais próximo do que Lacan designou, no Seminário 23, como responsabilidade sexual do analista.

---

13 Preciado, P. B. (2020). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Zahar, p. 141.

*Os escritos chamados apócrifos* foram aqueles destituídos de autoridade canônica. Aqueles que ficaram de fora, à margem do discurso oficial, religioso.

Em *Ensaio apócrifos* Ana Giansi e Conrado Ramos apresentam reflexões a partir do diálogo livre com textos de *autorxs* de diferentes tradições e militâncias, quais sejam: feminismos, antirracismo, estudos *queer*, teoria crítica, povos originários e estudos descoloniais.

O caminho é fragmentário e constelar porque corresponde ao percurso aberto de aprendizagem dos autores que, como psicanalistas lacanianos, perceberam a necessidade de frequentar territórios muitas vezes considerados avessos nos corredores institucionais. De maneira pouco habitual eles tentam olhar para a psicanálise com as ferramentas que encontram em seus novos atravessamentos teóricos ao invés de olhar para as teorias em questão com as ferramentas da psicanálise. Resulta disso a crítica à psicanálise e ao mesmo tempo a construção de novas possibilidades clínicas que, defendem os autores, seguem sendo psicanalíticas, porém, sem os ranços conservadores com os quais a vestem os ainda salvacionistas do pai.

PSICANÁLISE

ISBN 978-65-5506-577-0

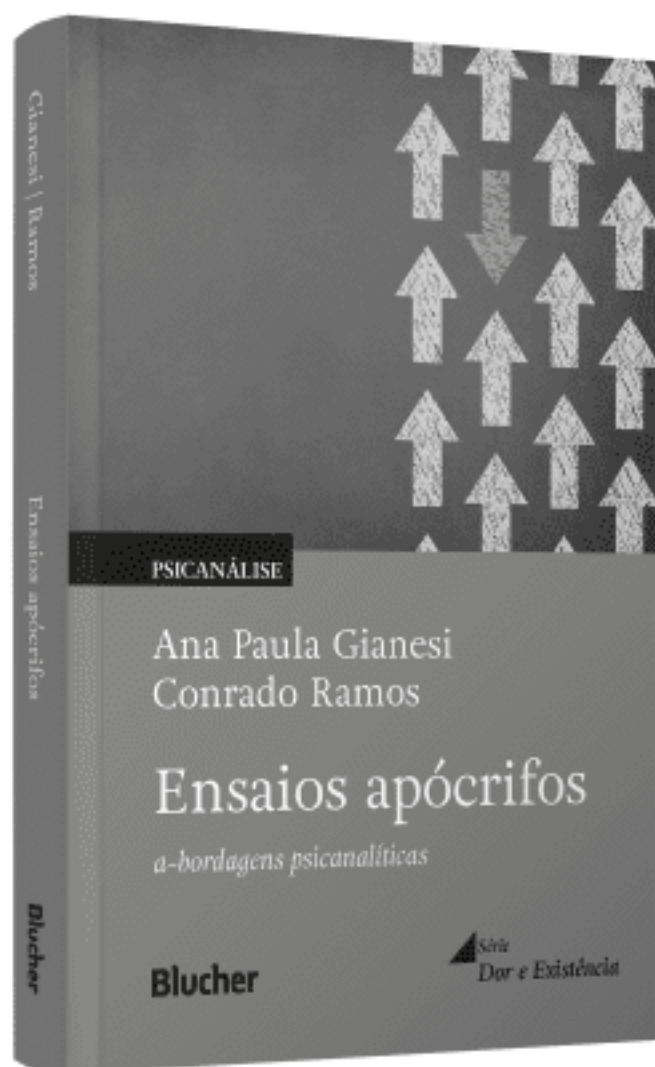


9 786555 106577 0



[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

**Blucher**



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

## Ensaaios apócrifos

### A-bordagens psicanalíticas

---

Ana Paula Lacorte Giansesi, Conrado Ramos

ISBN: 9786555065770

Páginas: 304

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2023

---